



Domingo, 27 de Outubro de 2024

Senado aprova intervenção federal na segurança pública do DF APÓS ATAQUES EM BRASÍLIA

g1

O Senado aprovou nesta terça-feira (10) o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que determinou a intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal.

A votação foi simbólica, ou seja, sem o uso do painel eletrônico para a contagem dos votos. Entretanto, oito senadores anunciaram que são contrários à medida.

Se posicionaram contra o decreto os senadores:

Carlos Potinho (PL-RJ)

Luis Carlos Heinze (PP-RS)

Zequinha Marinho (PL-PA)

Carlos Viana (PL-MG)

Eduardo Girão (Pode-CE)

Flavio Bolsonaro (PL-RJ)

Plínio Valério (PSDB-AM)

Styvenson Valentin (Pode-RN)

Com a intervenção, a União assume o comando da segurança pública no DF no lugar do governo local. A medida vale até 31 de janeiro de 2023.

A intervenção já estava em vigor desde o último domingo (8), quando o decreto foi assinado pelo presidente Lula, mas precisava passar pelo crivo da Câmara e do Senado.

Os deputados já haviam referendado o decreto presidencial na noite desta segunda-feira (9).

O presidente da República determinou a intervenção depois que bolsonaristas terroristas invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília, no domingo.

A polícia e o governo do DF, responsáveis pela segurança no local, foram criticados pela à atuação diante do vandalismo promovido pelos golpistas.

Vídeos que circularam nas redes sociais mostram o que parece ser a convivência de policiais com os bolsonaristas.

Em um deles, um grupo de policiais abre passagem e observa enquanto os vândalos invadem o prédio do Congresso.

O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que exercia a presidência do Senado no fim de semana, disse ter ouvido das autoridades do GDF, na manhã de domingo, que haveria barreiras para impedir o acesso dos golpistas à Esplanada, o que não se concretizou.

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu a prisão do Secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres. Já o governador do DF, Ibaneis Rocha, foi afastado do cargo pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

O decreto

O texto diz que o objetivo da intervenção é acabar com o "grave comprometimento da ordem pública no Estado no Distrito Federal, marcada por atos de violência e invasão de prédios públicos".

O decreto também nomeou o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Garcia Cappelli, como interventor.

Conforme o decreto, o interventor fica subordinado ao presidente da República e poderá requisitar recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Distrito Federal para executar as medidas necessárias à

intervenção.

Ainda de acordo com o texto, o interventor poderá solicitar durante a intervenção bens, serviços e servidores das secretarias de Segurança Pública do DF, de Administração Penitenciária e do Corpo de Bombeiros.